



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERTIFICADO

NÚMERO DO PROCESSO DE AIA	NÚMERO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	NÚMERO DO CERTIFICADO DE LICENÇA
1370.01.0013077/2020-80	1804/2020	1804
1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR		
Nome: Lenice Lopes Freire Vilela & Cia Ltda		CPF/CNPJ: 86.624.582/0001-00
Endereço: : FAZENDA ÁGUA LIMPA - S/Nº		Complemento: QUADRA H Bairro: ZONA RURAL
Município: SÃO JOSÉ DA BARRA	UF: MG	CEP: 37945-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: JOSÉ BERNARDINO VILELA - RAFAEL VILELA DOS REIS E ADOLFO GONÇALVES VILELA		CPF/CNPJ: 162.652.036-49 - 499.116.006-53 - 548.242.656-49
Endereço: RUA JOSÉ DE CARVALHO FARIA, Nº75		Complemento: Bairro: CENTRO
Município: ALPINÓPOLIS	UF:MG	CEP: 37940-000
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: FAZENDA ÁGUA LIMPA E ÁGUA LIMPA		Área Total (ha): 19,6999 e 4,4800 ha
Registro nº: 17.632, 7.035, 19.204 e 19.247		Área Total RL (ha): 5,1671 ha

Município/Distrito: SÃO JOSÉ DA BARRA		UF: MG	INCRA (CCIR): 434.027.234.576-00		
Coordenada Plana (UTM): 20°42'04.77"S 46°17'04.29"O			Datum: SIRGAS 2000	Fuso: 23	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3162948- D543C475A0814E7D829D487C0DB1592B - MG-3162948-AF23885012B0448180555D55C2F5A331 - MG3162948-81A6E9B27CB44B0A9C16F50D56788E5F					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA			5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	ha	Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	4,5581	ha	Mineração	Área de intervenção do empreendimento	4,5581
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)	
Cerrado	4,5581 ha	Campo rupestre e Campo cerrado		4,5581 ha	
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha	Floresta Nativa	6,1559	m³		

8. RESPONSÁVEL(is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP)

Natália Cristina Nogueira Silva – Gestora Ambiental - MASP 1.365.414-0

9. VALIDADE

Data de Emissão: 23/12/2020

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL E DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP".

Data de Validade: 23/12/2030

(a mesma do certificado de licença)

10. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

- 1 - Realizar a raspagem da delgada camada de solo orgânico, sendo separada e empilhada em local previamente delimitado, para posterior utilização na recomposição de pilhas ou outras áreas previstas para reabilitação;
- 2- Suprimir a vegetação em parcelas, conforme avanço a ser executado;
- 3- Não realizar a supressão da vegetação sem imediatamente implantar sua conversão de uso do solo para evitar arraste de materiais por incidência pluvial;
- 4- Realizar a revegetação de áreas desativadas concomitantemente a lavra, e aplicar técnicas de vegetação nas pilhas de estéril existentes, através do lançamento do material superior oriundo das raspagens de solo para supressão pretendida;
- 5- Construir bacias de contenção em locais que demonstrem ocorrência de fortes enxurradas;
- 6- A supressão e limpeza da vegetação deverá ser restrita às áreas previstas e estritamente necessárias;
- 7- Deverá ser executada uma delimitação física das áreas autorizadas para supressão de vegetação, evitando intervenções desnecessárias;
- 8- Não poderá ser realizada em hipótese alguma a queima do material vegetal gerado da supressão, por constituir extremo risco de incêndio e perigo para a vegetação do entorno;
- 9- A supressão vegetal deverá ser planejada e executada gradativamente, de forma a propiciar a condução da fauna para áreas adjacentes;
- 10- Deve-se proibir os colaboradores do empreendimento de realizarem coletas de espécies botânicas nas áreas próximas aos locais de supressão vegetal, bem como a caça ou qualquer dano à fauna porventura existente.

11. OBSERVAÇÃO

Varginha, 01 de março de 2021.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente**, em 01/03/2021, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26134864** e o código CRC **020F7F75**.